

# Projeto São José III



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Revista do Projeto São José III  
ano 1 | nº 3 | outubro de 2016

Promovendo o  
Desenvolvimento  
Rural Sustentável

## AGRICULTURA CRESCER NO CEARÁ

Feiras e planos de negócios  
se multiplicam

Movimentos sociais  
e Governo do Ceará  
são a força do campo

Sucesso de  
Piquet Carneiro  
vai para seis municípios



## | ÍNDICE |

AGROPECUÁRIA CRESCE, REVELA PIB	4
GESTORES FALAM SOBRE PARCERIAS	6
ÉTICA E ECONOMIA NA APLICAÇÃO DE RECURSOS	9
PESQUISA BUSCA MELHOR CONVÍVIO COM SECA	10
FUNCEME MAPEIA A ESTIAGEM	12
EDITAIS SE ADAPTAM AO DIÁLOGO COM MOVIMENTOS SOCIAIS	14
A MARCA DA REFORMA AGRÁRIA	16
DECISÕES COLETIVAS GARANTEM SUCESSO	18
PLANO PILOTO DE PREPARAÇÃO PARA A SECA	20
AUTONOMIA NA GESTÃO DA ÁGUA	22
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA DESENVOLVIMENTO DO ESTADO	24
HÁ CINQUENTA ANOS NO BRASIL	26

## | EXPEDIENTE |

### GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

### VICE-GOVERNADORA

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

### SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Francisco José Teixeira

### SECRETÁRIO ADJUNTO DA SDA

Wilson Vasconcelos Brandão Júnior

### COORDENADOR DA UGP

Lafaele Almeida de Oliveira

### SUPERVISÃO DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E APOIO À GESTÃO DA UGP

Ana Karina Cavalcante Holanda

Apoio na elaboração dos textos - Equipe Técnica UGP

Tailândia da Silva de Araújo - DRT 2548 CE

Maria Inês Mapurunga de Miranda

### Edição

Net Consultoria Ltda

Valcir Araújo - DRT 9709 DF

Cristina Ávila - DRT 4719 RS

### Foto Capa

Tuno Vieira

### Revisão

Cleber Augusto DRT 8336 DF

### Projeto Gráfico e Diagramação

Wellington Pessoa - MadMídia

### Impressão

GRAFHOUSE - Gráfica Digital e Off-Set



BANCO MUNDIAL

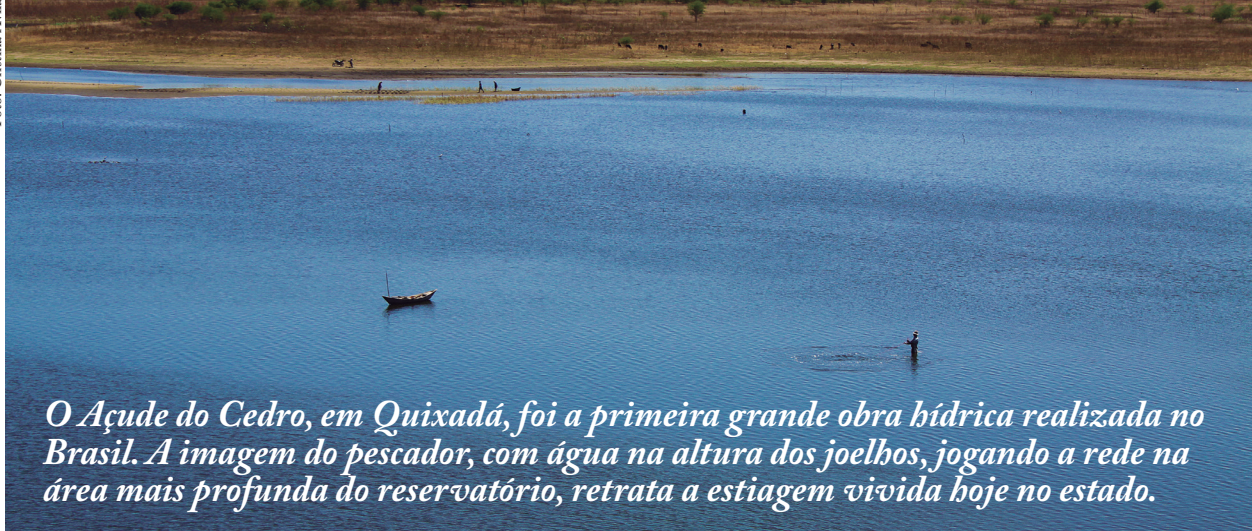


Projeto  
São José III



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

Foto: Cristina Ávila



*O Açude do Cedro, em Quixadá, foi a primeira grande obra hídrica realizada no Brasil. A imagem do pescador, com água na altura dos joelhos, jogando a rede na área mais profunda do reservatório, retrata a estiagem vivida hoje no estado.*

# PARCERIAS GERAM CONQUISTAS

Os cearenses convivem com seu quinto ano de seca e enfrentam a crise política e econômica brasileira. Mas, mesmo diante das adversidades, dão exemplos de união. Temos políticas públicas para as áreas rurais entre as prioridades do Governo do Estado, com importantes ações de abastecimento e saneamento. E temos um povo corajoso, com destacado histórico de organização. Essa soma se reflete em grandes conquistas.

O Ceará tem 86,8% de seu território no semiárido e 80% dos municípios são rurais, com populações inferiores a 50 mil habitantes. Esse perfil demonstra que priorizar as áreas rurais é uma decisão correta. Nas próximas páginas estão exemplos do esforço conjunto que está sendo feito em ações do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) São José III, que tem investimentos superiores a US\$ 150 milhões em 507 empreendimentos que estão mudando a vida dos sertanejos cearenses.

Essas mudanças estão sendo possíveis devido ao trabalho de uma rede de colaboradores. A começar pelos agricultores e agricultoras, que por meio de suas instituições sentam à mesa com autoridades e técnicos para contribuir com conhecimento e trabalho. Uma das instâncias de diálogo é o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR), que tem 32 membros e, por reivindicação dos movimentos sociais, passou a ser paritário, ou seja, constituído 50% por representantes do governo e 50% por organizações não-governamentais. Esse é um fórum permanente de debates, em que a produção agrícola e oportunidades de negócios não estão separadas de saúde, educação e conservação ambiental.

Esta publicação destaca ações compartilhadas com diversas instituições. Entre elas, uma das que o Governo do Ceará se orgulha e que está aqui demonstrada especialmente por completar o primeiro ano de trabalho representando importante parceria com uma das prefeituras do estado: a de Piquet Carneiro, que tem 16 mil habitantes, com aproximadamente 80 associações comunitárias criadas em função da conquista de benefícios como obras de infraestrutura ou equipamentos produtivos. Este modelo se tornou referência de sucesso que o Banco Mundial cita como exemplo para outros estados do Nordeste.

Piquet Carneiro é uma espécie de laboratório a céu aberto do Plano Piloto Agropecuário Municipal de Preparação e Respostas às Secas. Os resultados são tão significativos que serão implantados em mais seis municípios. O primeiro começará já em 2016, em Quixeramobim.

Esta revista é a terceira de uma série sobre o Projeto São José III, publicada pelo Governo do Ceará, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) como prestação de contas do trabalho que vem sendo feito em todo o estado para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. É mais um dos meios de transparência das iniciativas realizadas pelo Executivo, que não apenas estão disponíveis para consulta nas páginas oficiais na internet, entre elas o Portal da Transparência ([transparencia.ce.gov.br](http://transparencia.ce.gov.br)), como também acompanhadas pela Corregedoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE), órgão que tem autonomia para inspecionar as contas públicas e que controla todos os planos de negócios realizados no âmbito do Projeto São José III, como explica o texto na página nove.

## | PRODUÇÃO |



Foto: Tuno Vieira

*A Expocrato, mostra do agronegócio, teve 400 mil visitantes, com estande especial da produção familiar*

# AGROPECUÁRIA CRESCE, REVELA PIB

Apesar da crise econômica brasileira e das graves adversidades climáticas, o Produto Interno Bruto (PIB) do estado revela que os investimentos feitos pelo Governo do Ceará nas áreas rurais contribuíram para um resultado positivo no primeiro trimestre do ano na agropecuária como um todo, que é alavancada especialmente pelo agronegócio.

A região comemora um crescimento de 8,9% no PIB no que se relaciona à agropecuária. Segundo especialistas do Ipece, esse índice foi alcançado devido ao aumento na estimativa de produção, principalmente na área plantada com milho e frutas, conforme cálculo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e também devido ao crescimento da pecuária, que teve números impulsionados pela produção de leite. Também se destacam a produção de aves e ovos.

O PIB é calculado com base em resultados dos setores de agropecuária, indústria e serviços. A divulgação dos dados do primeiro trimestre foi feita em julho, e mostra que o Produto Interno Bruto do Ceará foi prejudicado pela crise que se instalou em todo o Brasil. No estado, os

números acompanharam a tendência que se verificou no país, chegando a - 5,51%. A estatística nacional foi de - 5,4%.

O estudo foi realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), fundada em 2003 e responsável por levantamentos e análises de informações socioeconômicas e geográficas necessários para avaliação de programas, formulação de estratégias e criação de políticas públicas para o desenvolvimento do estado.

Apenas seis outros estados também divulgam análise do PIB trimestral. E o Ceará ficou em terceiro lugar entre as menores quedas de crescimento. Atrás apenas da Bahia e do Rio Grande do Sul. Todos os estados apresentaram resultados negativos. O pior índice foi do Espírito Santo (-14%), depois Pernambuco (-9,6%), São Paulo (-6%), Minas Gerais (-5,6%), Ceará (-5,5%), Rio Grande do Sul (-4,3%) e Bahia (-3,7).

### Estante da agricultura familiar

O Ceará foi sede, em julho, da Exposição Centro-Nordestina de Animais

e Produtos Derivados (Expocrato), realizada no Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcanti, no Crato. Cerca de 400 mil visitantes estiveram no evento em seus oito dias de realização. A estimativa é que os negócios superaram R\$ 50 milhões. Participaram expositores de 12 estados das regiões Nordeste, Norte e Sudeste. Os organizadores enfatizaram que essa foi uma vitória expressiva para o Ceará, especialmente porque aconteceu em plena crise econômica e estagnação agressiva.

A Expocrato teve torneio leiteiro de caprinos neste ano. Os técnicos Marcelo Viana (SDA) e Samuel Bacurau (Instituto Agropolos), responsáveis pelos animais, estiveram no estande montado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário. “Esta competição incentiva o produtor a querer melhorar a qualidade do seu produto. Este tipo de ação com a ajuda e participação dos técnicos da SDA, movimenta não somente a economia, mas desperta no produtor o lado de querer empreender”, comentou Marcelo Viana.

# O FOCO SÃO AS ÁREAS RURAIS

Dedé Teixeira planeja todas as decisões que precisa tomar para realizar com sucesso a tarefa de ser o secretário de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Para isso, os seus pensamentos focam principalmente em duas coisas: a primeira delas é criar condições para que as autoridades e servidores do Governo do Ceará tenham visão muito clara sobre as estratégias necessárias para que o Ceará produza riquezas alimentícias mesmo em momentos de graves secas. E a segunda preocupação que não lhe sai da cabeça são as iniciativas que estão sendo tomadas – e outras que estão em processo de planejamento – para tornar essa uma realidade cada vez mais evidente, fazendo uma verdadeira revolução em todo o estado cearense.

**Secretário, quais as ações que melhoram a vida das pessoas no semiárido?**

*Considero que a própria criação da Secretaria de Desenvolvimento Agrário seja um divisor de águas para que o Governo do Ceará priorize ações para o meio rural, na agricultura familiar. E o Projeto São José III é uma das ferramentas de desenvolvimento rural sustentável, com iniciativas pioneiras e de grande impacto, com investimentos que chegam a mais de 150 milhões de dólares, a serem aplicados em 507 empreendimentos rurais. O mundo, o Brasil e o Ceará têm exemplos de sobra de estratégias para o convívio com a seca. Estivemos em comitiva do Governo do Estado em Israel e vimos lá o esforço nacional para dessalinizar águas do Mediterrâneo e reciclar águas das casas das pessoas, o que tornou o país cheio de hortaliças e acabou com os problemas de água. Isso que lá é um deserto. O Nordeste é rico em água se comparar com Israel. Temos também os projetos de reúso de água que estamos desenvolvendo aqui no Ceará, no Projeto São José III, com a contribuição de tecnologias já testadas e aprovadas no Rio Grande do Norte.*



Foto: Tuno Vieira

*“O mundo, o Brasil e o Ceará têm exemplos de sobra de estratégias para o convívio com a seca”, garante o secretário Dedé*

**O abastecimento de água nas casas cearenses tem melhorado nos últimos anos?**

*Entre 2015 e 2016, instalamos 24.604 cisternas em residências em todo o estado. Essa é uma tecnologia simples de captação de água das chuvas e também uma das mais importantes que são usadas em benefício das famílias que moram nas áreas rurais. Mais de 1 milhão de cisternas foram instaladas no Nordeste e constatamos que 90 mil serão suficientes para universalizar a água no estado do Ceará.*

*Além disso, o Sisar (Sistema Integrado de Saneamento Rural) atende meio milhão de pessoas com uma tecnologia fantástica e com gestão das próprias comunidades, que pagam menos de R\$ 20 mensais pela conta de água.*

**E quais os programas do governo federal que contribuem para melhorar a situação hídrica?**

*No final de 2013, por exemplo, foram contratados 834 sistemas de abastecimento de água no valor de R\$ 180 milhões, dos quais 291 já foram concluídos e 543 estão em execução com recursos do Ministério da Integração.*

**E que outras iniciativas contribuem com o desenvolvimento das áreas rurais?**

*O Garantia Safra é outro programa que auxilia os agricultores e agricultoras do Ceará. Nosso estado é o que mais conta com famílias cadastradas. São 249.848 famílias beneficiadas com seguro em 180 municípios cearenses, com R\$ 25 milhões oriundos do Fecop (Fundo de Combate à Fome). Outra ação destacada é o Projeto Paulo Freire, que tem investimentos de US\$ 80 milhões de dólares, sendo uma metade dos recursos oriundos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e a outra metade de contrapartida do Estado. O objetivo desse projeto é capacitar 60 mil famílias e desenvolver projetos produtivos para 30 mil famílias. Esse projeto é uma ferramenta fantástica de erradicação da pobreza rural, com um componente importante que é o trabalho com a juventude, as mulheres e as comunidades quilombolas. Além disso, temos o Hora de Plantar que projeta para 2016 investimentos de R\$ 18 milhões, distribuídos em 182 municípios cearenses, auxiliando os agricultores no fornecimento de sementes, mudas, essências florestais nativas e exóticas, entre outros produtos.*

# GESTORES FALAM

## sobre parcerias

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável São José III é executado por uma grande rede de colaboradores. Iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo do Estado do Ceará, tem investimentos em torno de US\$ 150 milhões em empréstimos do Banco Mundial (Bird), com contrapartida de US\$ 50 milhões do governo local. Entre suas parcerias mais importantes estão instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), Controladoria Geral do Estado, Instituto Interamericano de Cooperativa para a Agricultura (IICA), Tribunal de Contas do Estado, Agropolos e movimentos sociais, especialmente os que representam agricultores e agricultoras familiares, que estão na base de todos os esforços para que o trabalho coletivo renda os frutos desejados.

Para que o público entenda esse tipo de relações, dois gestores da SDA explicam como essa engrenagem funciona. São eles o coordenador da Unidade de Gestão de Projetos (UGP) Lafaete Almeida de Oliveira e a supervisora de Fortalecimento Institucional e Apoio à Gestão, Ana Karina Cavalcante Holanda, também da mesma unidade.

Karina lembra que o Bird incentivou a transformação do PSJ III em um projeto de desenvolvimento rural sustentável com foco na inclusão produtiva

e também contribuiu com a decisão de manter os sistemas de abastecimento de água como objetivos prioritários do projeto. Incentivou ainda as iniciativas de reúso de água. “A partir do momento em que o banco vê resultados, é natural que demande outras prioridades, apoiando novas iniciativas e fortalecendo a parceria com o Governo do Estado graças a capacidade de execução do projeto”.

Com isso, abrem-se novas perspectivas de investimento no desenvolvimento rural do estado.

“Isso sinaliza um reconhecimento pelo trabalho que estamos fazendo. E

se está vindo, é porque temos credibilidade. O projeto está vivendo um bom momento, atingindo suas metas e tendo novas oportunidades”, afirma Karina. Eles enfatizam que essa realidade é possível a partir de instituições como a Ematerce, que tem agentes rurais próximos a agricultoras e agricultores familiares e visitando suas lavouras, em um convívio bastante próximo com as famílias que, além de adquirirem ampla compreensão de suas demandas, ainda contribuem com assistência técnica e com obras essenciais.”

Ambos ainda exaltam a capacidade dos colaboradores do PSJ III. “Percebe-



Foto: Valcir Araújo

O coordenador da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP), Lafaete Almeida de Oliveira.

-se que o projeto tem grandes técnicos, pessoas com uma grande capacidade de trabalho, formação técnica, experiência e que acreditam no projeto. E tem coisas que às vezes a gente não tem a real dimensão daquilo que atinge. Eu costumo dizer que a diferença que nós temos entre quem trabalha com uma indústria de automóveis e quem trabalha contribuindo para o desenvolvimento da pessoa, para o crescimento, principalmente daqueles mais pobres, é que o resultado do nosso trabalho se reverte no bem estar das pessoas, é uma família que você percebe que foi incluída, melhorou sua renda, claramente houve uma mudança da qualidade de vida, porque agora tem água encanada, começou a produzir no quintal uma horta... A gente, através do sistema de reúso, eu não tenho dúvida de quando isso for avaliado nós veremos o tamanho do impacto de reutilizar a água que estava sendo desperdiçada em um estado pobre, economicamente e do ponto de vista hídrico... Você reaproveitar tudo isso e transformar isso em alimentos e até em renda, porque é possível vender o excedente. Essa é uma dimensão extremamente importante que não conseguimos medir. E uma coisa que apaixonou aqui no Projeto São José”, concordam Lafaete e Karina.

“Temos uma articulação institucional fundamental, que demonstra também a nossa capacidade de perceber nossos limites, de compreender que

nós, sozinhos, não teríamos condições de tocar um projeto dessa envergadura. Então foi fundamental a gente se abrir a essas parcerias para fortalecer a ação como um todo. E o interessante que percebemos também nos parceiros é que eles abraçaram o Projeto São José como sendo uma ação deles, o compromisso não é diferente”, relata Lafaete. Eles apontam nesse arranjo também o Governo Federal, com ações como o PNAE e o PAA (Programa Nacional

de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos), além de instituições como o Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Além das centenas de associações da sociedade civil e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cequirce) e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece).



Foto: Valcír Araújo

A supervisora de Fortalecimento Institucional e Apoio à Gestão, Ana Karina Cavalcante Holanda

## TODAS AS TAREFAS SÃO FUNDAMENTAIS

Logo que teve início a terceira fase do Projeto São José (PSJ III), todos os funcionários da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) foram a campo para entender melhor para quem eles trabalham. Os colaboradores foram organizados para visitar uma comunidade e ver com os próprios olhos os reflexos do desempenho da Secretaria de Desenvolvimento Agrário na vida dos moradores da área rural. E isso foi muito importante para a conscientização a respeito do trabalho de cada um dentro do PSJ III. “Nós somos

70. Todo mundo foi. Fomos visitar uma cooperativa que vai beneficiar polpas de frutas. Eles falaram para a equipe... ‘Olha, nós temos isso... isso aqui está quebrado, o São José vai aportar recursos para nosso empreendimento funcionar. Então, com esse apoio, vamos vender mais, com distribuição de renda para mais famílias. Vou poder botar meu filho na universidade...’. O que a gente percebeu com isso? A gente quer que aquele colaborador que recebe a nota fiscal do projeto aqui dentro do PSJ III, tenha um papel fundamental. Para que todo mundo compreendesse que tem um papel de

fato importante para que as políticas públicas atinjam os resultados esperados pela população”, conta Karina Holanda.

Muitas vezes, quilombolas, índios e agricultores produzem não somente alimentos, mas pinturas em tecido, bonecas de pano, crochês e bordados que têm grande valor como arte nas cidades e que podem significar importante geração de renda para as famílias. Mas para que isso aconteça, é preciso que cada servidor contribua com o sucesso dos projetos comunitários.

# ECONOMIA RURAL EM DEBATE



*A economia familiar no semiárido está entre os temas dos cursos universitários do Ceará. Em julho, foi realizado um simpósio acadêmico sobre assuntos relacionados à agropecuária*

Um dos importantes momentos dos debates que reúnem Governo do Estado e sociedade civil foi o simpósio organizado pelo curso de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará (UFC), com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, e que teve o Projeto São José III entre os assuntos abordados.

Os professores Edward Costa e Francisco José, organizadores do evento que é realizado anualmente desde 2012, contam que a universidade faz questão de ter a parceria com o SDA pois seu foco está vinculado à agricultura, e que essa é uma boa abertura para que alunos e pro-

fessores tenham informações e também forneçam dados sobre o assunto, inclusive na avaliação de políticas públicas.

Em muitos momentos da trajetória do Projeto São José as universidades estiveram presentes, contribuindo com o sucesso das iniciativas. O assessor do Gabinete da SDA José Sydrião de Alencar, que é técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Projeto São José III cita entre as parcerias o Instituto Agropolos do Ceará, criado em 2002 como organização social sem fins lucrativos para fortalecimento das cadeias produtivas, da agricul-

tura familiar e do agronegócio. Além de assistência técnica para a produção familiar, investe também no fortalecimento das políticas públicas de comercialização, na estratégia de desenvolvimento territorial e em estudos sobre as condições de vida dos agricultores e agricultoras.

Alencar destacou a participação da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (Cetrede), vinculada à Universidade Federal do Ceará, que participou da elaboração dos planos de negócios para auxiliar as famílias do Projeto São José III nas decisões sobre produção e comercialização de seus empreendimentos.

## MAIS DE 1600 FAMÍLIAS BENEFICIADAS EM 2016

O Governo do Ceará assinou 40 convênios de projetos produtivos e assessoria técnica para o Projeto São José III durante evento na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, em maio deste ano. A iniciativa beneficia 1.619 famílias agricultoras em 40 comunidades cearenses. São 29 convênios de

apicultura, sete de fruticultura e quatro de ovinocaprinocultura. Os recursos são do Governo do Estado e do Banco Mundial, em um total de R\$ 12.479.019,25.

Os municípios beneficiados serão: Aiuaba, Apuiarés, Aquiraz, Arneiroz, Barbalha, Barro, Beberibe, Capistrano, Cariús, Cascavel, Choró, Crateús,

Graça, Horizonte, Ibiapina, Icó, Ipaporanga, Maracanã, Maranguape, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Novo Oriente, Palhano, Pambu, Paramoti, Pindoretama, Quixeré, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tamboril, Tauá e Várzea Alegre.

# Ética e economia na APLICAÇÃO DE RECURSOS

A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) tem o importante papel de assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos estaduais – sejam de fonte externa, do Tesouro do Estado ou de contrapartidas dos convenientes, contribuindo para uma gestão ética e transparente e para a oferta de serviços públicos com qualidade. Para isso, a instituição criou a ferramenta tecnológica denominada Sistema de Convênios e Congêneres do Ceará (Siconv-CE), que contempla as etapas de divulgação de programas, cadastramento de parceiros, aprovação ou seleção de plano de trabalho, celebração do instrumento e execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas das transferências de recursos financeiros para as pessoas físicas e pessoas jurídicas parceiras do Governo do Ceará.

A CGE é um órgão de controle interno do Poder Executivo cujas finalidades estão previstas nos artigos 190-A, 190-B e 190-C da Constituição do Estado do Ceará. O Projeto São José III tem atualmente 40 convênios cadastrados no Siconv-CE. São 37 convênios do componente de inclusão econômica e três dos Sistemas de Reúso de Águas Cinzas e de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário.

“No momento, estamos em fase de adaptação dos atores na implantação da tecnologia”, explica Mariano Neto, articulador da CGE lotado na Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Ele se refere às capacitações que estão sendo realizadas para que, tanto os técnicos da SDA como os beneficiários, especialmente os dirigentes de associações e cooperativas tenham domínio sobre a tecnologia que será utilizada para todas as operações de aquisição de materiais



Foto: Taílandia Araújo

*Os participantes das turmas dos cursos para aprendizado sobre a tecnologia do Siconv-CE ficaram animados com as facilidades para operar empreendimentos pela internet*

e serviços, assim como prestações de contas dos projetos comunitários.

Todas essas transferências de recursos financeiros são feitas por meio do Siconv-CE na internet, e ficam à disposição para consultas por qualquer cidadão. Segundo Mariano Neto, os projetos comunitários que estão atualmente cadastrados no Siconv-CE são como uma experiência piloto para os que serão desenvolvidos, mas já demonstram que o sistema apresenta resultados positivos na economia dos recursos aplicados porque quando a SDA aprova os planos de trabalho das comunidades, são fixados tetos básicos de gastos para os itens a serem adquiridos e são exigidos três cotações de preços para cada um deles.

“Todo esse sistema significa transparência, ética e conforto para o governo e sociedade. Para o governo porque garante a boa e regular aplicação dos recursos públicos e para a sociedade porque passamos a ter a certeza da execução dos projetos de forma transparente”, afirma Mariano Neto.

A CGE, em parceria com a Escola de Gestão Pública (CGE) realizou em Fortaleza, no início deste ano, o curso Processos de Transferência de Recursos por meio de Convênios e Congêneres (Siconv-CE), dividido em oito turmas exclusivas para apicultores, piscicultores e ovinocapricultores, beneficiários do Projeto São José.

A capacitação foi ministrada pela auditora de Controle Interno da CGE, Lara Osório, e teve como objetivo ampliar os conhecimentos dos beneficiários para a transferência de recursos por meio de convênios e congêneres e auxiliar na utilização do Sistema de Convênios (Siconv-CE). Durante o treinamento, as turmas acompanharam todas as fases dos convênios realizados no âmbito do Estado do Ceará.

“Ao final do treinamento, alguns participantes solicitaram a palavra para expressar o quanto estavam emocionados pela oportunidade de ter acesso à ferramenta e como estavam ansiosos em repassar os conhecimentos adquiridos”, ressaltou, Lara Osório.

# Pesquisa busca **MELHOR CONVÍVIO COM A SECA**

Entre os meses de maio e julho, a Secretaria de Desenvolvimento Agrário realizou a pesquisa denominada “Fala Agricultor”, que, com o apoio do Banco Mundial, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará, Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) teve por objetivo levantar informações junto aos agricultores vinculados ao Projeto São José III para aprimorar as soluções que atendam às necessidades relacionadas aos problemas da seca. A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas sequen-

ciais, em 20 municípios, especialmente nos mais vulneráveis às mudanças climáticas. Foram ouvidos três mil agricultores e agricultoras, por telefone. A seleção dos entrevistados foi feita por técnicos da Ematerce, que conhecem bem o público-alvo devido ao trabalho diário que realizam nas áreas rurais.

Os participantes receberam três ligações telefônicas, uma por semana, sobre temas relacionados à produção, clima, renda e consumo. Cada ligação durou cinco minutos, para facilitar a participação. Eles também receberam mensagens

de texto (SMS) com orientações sobre a pesquisa e também com informações úteis ao campo, como, por exemplo, previsões meteorológicas, preços de safras, políticas públicas e datas para cadastramento em programas de governo.

Durante a pesquisa também foram coletadas avaliações dos agricultores a respeito das ações do poder público. Os resultados devem ser consolidados em relatórios que subsidiarão novas decisões governamentais para o aprimoramento das soluções, para a redução dos impactos da seca na agricultura familiar.

## DEPOIMENTOS dos contemplados com a pesquisa *Fala Agricultor* da Ematerce



“Aqui dá do maracujá ao tomate. Tudo o que você planta nessas terras, dá. O que falta é água. E o caju dá a polpa, dá a carne do caju, o filé do caju, o doce, o mel, o arroz do caju, o vinho puro, a castanha”.

*Mariano, agricultor de Redonda, município de Icapuí*



“Nós, pescadores artesanais, também cultivamos a terra. Eu amo a agricultura familiar, mas a gente tem um semiárido muito seco, águas muito profundas. Enfrentamos dificuldades”.

*Francisco Ledo, pescador artesanal de Redonda, Icapuí*

Fotos: Valcyr Araújo

# EMATERCE NO CAMPO

## nas horas mais difíceis

Outra instituição parceira do Governo do Ceará – e que há 67 anos acompanha o dia a dia do trabalho no campo é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Seus cerca de 50 técnicos estão presentes no Projeto São José III e em pontos do semiárido “com experiências exitosas importantes, principalmente nesse momento difícil de seca e com muitos processos produtivos acontecendo nas regiões mais difíceis do estado”, como acentua o presidente da instituição, Antônio Amorim.

Ele cita, por exemplo, que a Ematerce acompanhou os agricultores e agricultoras do Projeto São José III no recebimento de 709 máquinas agrícolas entre 2007 e 2012. “Nós estamos percebendo os bons resultados na qualificação dos

agricultores e na melhoria dos índices de produtividade”, ressalta Amorim.

O presidente da Ematerce comenta que, atualmente, os técnicos estão contribuindo com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) na pesquisa que acabou de ser realizada e está em fase de consolidação e análise de dados, denominada “Fala, agricultor” (leia sobre o assunto na página 23). “Eles vão lá, visitam, entregam todos os dados para facilitar o diálogo com o produtor, buscando informações sobre cada momento da vida no campo e o que é necessário para que o levantamento seja realizado”.

A pesquisa “Fala, agricultor” foi elaborada junto com a Ematerce, aproveitando sua experiência junto aos produtores e a proximidade entre técnicos e famílias, o que dá mais segu-

rança aos produtores. “Eles precisam saber para quem estão falando”, afirma Amorim. Ele explica que a regularidade com que os técnicos visitam as famílias cria um elo de confiança, e no momento em que a pesquisa é apresentada por esses profissionais, ampliam-se as chances de resultados positivos, pois as pessoas compreendem melhor os objetivos e se sentem mais à vontade para responder as questões.

“Uma nova parceria que fazemos hoje com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário é na fiscalização dos projetos de inclusão produtiva para fazer com que, de fato, os recursos sejam bem aplicados. A Ematerce está empenhando todos os esforços para que tenhamos bons resultados. Estamos juntos. E estamos vendo que as pessoas começam a ter possibilidades de crescimento”.

Foto: Valcyr Araújo



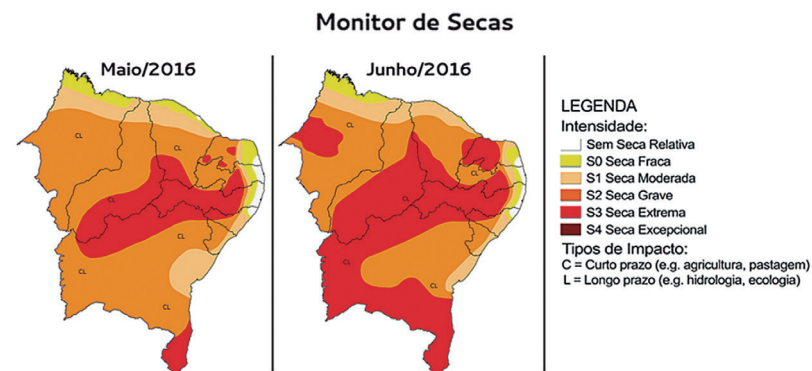
*A produtividade tem melhores resultados quando assistida por agentes rurais, especialmente em momentos de adversidades climáticas*

# FUNCEME MAPEIA A ESTIAGEM

A seca avançou entre os meses de maio e junho no Nordeste. Conforme os mapas elaborados pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, há áreas de estiagem grave em todos os estados da região.

A Funceme é uma das importantes instituições parceiras do Governo do Ceará na elaboração de estratégias para o convívio com o clima, e seu mapa de Monitoramento das Secas está disponível todos os meses em sua página ([www.funceme.br](http://www.funceme.br)) e na página da Agência Nacional de Águas (ANA) na internet ([monitordeseccas.ana.gov.br](http://monitordeseccas.ana.gov.br)).

No Ceará, assim como no Maranhão e no Piauí, ocorreram poucas chuvas. Na região metropolitana de Fortaleza, onde até maio havia uma área sem seca, em junho os indicadores mostraram seca fraca. No resto do estado, observou-se o aumento para o norte das áreas denominadas S1 (seca moderada) e S2 (seca grave). Os registros de seca extrema (S3) se expandiram para o sul (Cariri), na divisa com a Paraíba e Pernambuco. Também surgiu uma área com grau de severidade extrema



Mapa mostra severidade do clima, com drástico aumento nas áreas coloridas de vermelho

ao leste, na região de Jaguaribana.

Com exceção de algumas áreas do litoral leste do Rio Grande do Norte, centro-sul do Maranhão e Piauí, e em alguns pontos do interior de Pernambuco, Bahia e Ceará, na maioria dos estados houve agravamento da seca, comparando-se a situação de junho com o mês anterior.

O Monitor de Secas é divulgado com descrição do processo de elaboração, incluindo o que os especialistas chamam

de indicadores e evidências. A progressão das secas é dividida em cinco categorias: excepcional, extrema, grave, moderada e fraca. Os mapas também identificam as áreas com impactos de curto e longo prazo. Esse trabalho é importante para orientações sobre o fenômeno, auxiliando a sociedade e o governo a compreenderem e acompanharem a evolução das mudanças do clima, contribuindo com informações que possam influenciar em decisões para a mitigação de efeitos adversos.



Foto: Cristina Ávila

Redução do volume de água na grande barragem do Açude do Cedro, em Quixadá, em julho, revelava pedras antes submersas e o alargamento das margens, indícios da gravidade da seca



*A comercialização foi apenas um dos objetivos da mostra, que apresentou à capital a qualidade de alimentos produzidos de modo saudável*

## Feira familiar **SEM AGROTÓXICOS**

A 9ª edição da Feira Cearense da Agricultura Familiar (Faceaf) foi realizada em julho, em Fortaleza, com 300 expositores e cerca de 20 mil visitantes, alcançando um faturamento de R\$ 1,5 milhão, que superou o ano anterior. Durante três dias foram vendidos ovinos, aves, ovos caipiras, peixes, mel de abelhas com ferrão e sem ferrão, fortalecendo valores culturais do campo. O evento é uma coprodução da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece) e da Secretaria do Desenvolvimento Agrário, com apoio de entidades como Ematerce, Idace, Adagri, Instituto Agropolos, os 183 sindicatos municipais filiados a Fetraece, Contag, CUT, Cooperbio e Cealtru.

Um dos pontos fundamentais da feira é que nenhum dos expositores utiliza agrotóxicos nas lavouras. As principais atrações do evento foram a casa de farinha, com beiju, tapioca, goma fresca e farinha além da rapadura na quenga de coco, alfenim, batida e rapadura comum. Os visitantes também gostaram muito da bodega feita em decoração rústica, da fazendinha, do pavilhão da agroindústria familiar, do pavilhão de tecnologias para a agricultura, da exposição de animais, do concurso leiteiro de caprinos e bovinos, da premiação para os animais de melhor padrão genético e da mostra de produtividade leiteira.

Na praça da alimentação foram oferecidas comidas típicas da roça, com

exposição de estandes institucionais dos participantes e realização de festival cultural com forró pé de serra. Também houve degustação de produtos da caprinocultura.

“Essa feira se apresenta com um espaço tradicional que demonstra como é possível se produzir no Ceará, mesmo em seu quinto ano de seca, investindo em tecnologias sociais como quintais produtivos, mandalas de hortaliças e pequenas irrigações, por exemplo”, acentua o secretário de Política Agrícola da Fetraece José Francisco de Almeida Carneiro. Além de incentivar negócios, o objetivo do evento é também tornar o trabalho dos agricultores e agricultoras visível para os moradores das áreas urbanas.

## | SELEÇÃO DE PROJETOS |



Foto: Tuno Vieira

*Relações entre populações rurais e Governo do Ceará estão cada vez mais próximas. A seleção de projetos para financiamento demonstram a sintonia e apresentam perspectivas de crescimento econômico*

# Editais se adaptam ao diálogo com **MOVIMENTOS SOCIAIS**

O Projeto São José III está revolucionando a vida de agricultores e agricultoras do Ceará. E uma das razões do seu sucesso é que os investimentos feitos pelo Governo do Ceará são profundamente baseados nas demandas dos beneficiários. Os técnicos estão em constante contato com as famílias, acompanhando suas discussões e a execução de suas atividades para o desenvolvimento sustentável das áreas rurais. Para garantir que os resultados sejam sempre positivos e cada vez melhores,

foram mudadas as regras de escolha das iniciativas apoiadas.

Na prática, isso significa que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário está cada vez mais próxima das populações rurais e das organizações que as representam, reconhecendo seus esforços e apostando em novas ideias. É o que explicam os técnicos Francisco Eugênio Oliveira e Olímpio Queiroga Neto:

“Depois que publicamos os dois primeiros editais para a seleção de projetos de inclusão econômica a serem apoiados

pelo Projeto São José III, em dezembro de 2012 e dezembro de 2013, percebemos que a maioria dos grupos, das comunidades, dos assentamentos que faziam parte dos movimentos sociais não seriam contemplados com os recursos financeiros que seriam liberados por meio dessas chamadas públicas”, contam os técnicos.

A constatação mostrou que outro caminho deveria ser então seguido. E por isso, a forma de seleção dos projetos mudou completamente. “Os movimentos sociais no Ceará têm um longo



*Pescadores, agricultores e quilombolas estão entre beneficiados do PSJ III*

trabalho realizado, de longo tempo. São historicamente acompanhados por igrejas, pela federação de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, pescadores; grupos focados em projetos de produção, de pecuária, piscicultura, artesanato... e esses grupos não conseguiam se inserir nessas políticas públicas”, relata Eugênio.

Segundo ele, isso acontecia porque os projetos eram apresentados por meio de modelos clássicos, projetos escritos num formato tradicional que não retratava as experiências que vinham sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais. Ficavam distantes da realidade. Muitas vezes, ainda com o agravante de serem em parte controlados por políticos, com interesses que não eram da coletividade. “A gente começou a desconfiar que não estávamos no caminho certo”, afirma Eugênio.

A partir de 2015, tudo mudou. Os movimentos sociais passaram a apresentar as suas demandas produtivas, identificadas por eles próprios e já com um início de funcionamento na prática. Aqueles empreendimentos que já começavam a ser realizados pelos agricultores e agriculto-

ras passaram então a ser reconhecidos e apoiados pelo Estado. A forma de apresentação de projetos mudou totalmente e agora, com muito mais chances de que as iniciativas financiadas deem certo.

Os projetos selecionados recebem investimentos para benefícios como estruturas para financiamentos de agroindústrias, que requerem galpões, unidades administrativas, equipamentos, maquinário, acessórios, capacitações para agricultores e agricultoras, além de assessoria técnica e, em algumas situações, verbas para a elaboração de documentos exigidos para licenciamento ambiental. Em alguns casos também pode ser financiada a perfuração de poços para a garantia de que não falte água para o funcionamento da agroindústria.

Esse vínculo direto com ações que já têm certo experimento na prática tem como objetivo os resultados positivos para as políticas públicas. Toda a aplicação de recursos feita deve ser acertada, trazer benefícios de fato. Mas não basta um início de trabalho prático para todo o resto dar certo. As iniciativas do PSJ III vão muito além. Na busca de sucesso, todos os pontos devem estar muito bem concatenados.

Então, uma agroindústria, por exemplo, precisa estar dentro de um contexto pensado para funcionar. Não pode estar isolada, como explica Olímpio:

“Em síntese, o projeto precisa ser planejado na cadeia produtiva, e o acompanhamento da formação dos grupos que vão trabalhar nesse empreendimento é primordial. O projeto deve estar pensado numa perspectiva de arranjo produtivo. Tudo tem que estar engrenado. No caso da agroindústria do caju, que está sendo pensada... precisamos, em primeiro lugar, pensar se temos produção suficiente para tocar essa agroindústria. Esse é um exemplo concreto. No entorno do projeto do caju, em Piragi, já temos 12 propostas que nos foram encaminhadas de projetos de unidades familiares produtivas que já tiveram um início de desenvolvimento anteriormente financiado pela Fundação Banco do Brasil. Já há várias indústrias caseiras, mas que estão sem capacidade de gestão, então resgatamos esses projetos, investimos em capacitação das famílias e nas estruturas necessárias, e agora eles terão muito mais chances de dar certo”, explica Olímpio.

# A MARCA DA REFORMA AGRÁRIA

Marcelo Matos e Sheila Rodrigues

Um dos grandes problemas da agricultura familiar e da reforma agrária na região Nordeste é o beneficiamento e comercialização da produção. Para avançar nessa questão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – (MST) conquistou junto ao Governo do Estado do Ceará 132 projetos São José.

Em todo Ceará serão investidos mais de R\$ 40 milhões nas ações do projeto São José III, só para as áreas de assentamentos de reforma agrária.

Serão contempladas as seguintes regiões: Inhamuns, na cadeia de caprinos e mel; litoral oeste, apicultura, mandioca e coco; litoral leste, vale do Jaguaribe e região metropolitana, cadeia do caju; centro sul vale do salgado, cadeia do arroz e leite; e no sertão central, cadeias do mel e leite.

Em Quixeramobim, no centro do Ceará, será implantado uma agroindústria para o beneficiamento de leite no Assentamento Nova Canaã. Atualmente, a produção das famílias assentadas é de 17 mil litros de leite/dia. Anualmente a produção ultrapassa 6 milhões de litros.

Além das 66 famílias do assentamento Nova Canaã, serão beneficiados mais 32 assentamentos da região sertão central, todos com projetos selecionados dentro das cadeias do leite e do mel. Para orga-



Movimentos sociais realizaram frequentes mostras de seu trabalho, como evento em Quixeramobim

nização das famílias criou-se uma cooperativa regional, a Cooperasc, Cooperativa Regional dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sertão Central do Ceará. A Cooperasc vai cuidar da comercialização e da formação das famílias envolvidas.

## COMERCIALIZAÇÃO

Para comercializar os produtos, o setor de produção do MST, junto a Cooperativa Central das áreas de reforma agrária do Ceará – (CCA) organizaram as casas campo e cidade. Em Canindé, Crateús, Fortaleza e Quixeramobim.

As casas Campo e Cidade funcionarão como um mercado da reforma agrária, onde os assentamentos e as cooperativas levarão seus produtos já beneficiados e/ou in natura para serem comercializados. Em Quixeramobim, por exemplo, as famílias assentadas já iniciaram a construção da casa

Campo e Cidade com recursos próprios.

A discussão de comercialização não é nova para o MST. Já existem diversas experiências no Ceará, mas foi necessário criar uma marca que identifica a produção da reforma agrária.

Para Manoel Missias, do setor de Produção do MST, a marca simboliza a conquista dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra. “Quando vendemos com a nossa marca, estamos dizendo para a sociedade a importância da reforma agrária no Brasil. Estamos afirmando que a reforma agrária e a agricultura familiar são quem garantem alimentos na mesa do povo brasileiro”.

Missias afirma ainda que é necessário fortalecer toda a cadeia produtiva, desde a assistência técnica ao agricultor assentado, bem como investimentos na capacitação e gestão dos empreendimentos.

## QUILOMBOLAS SÃO PRIORIDADES

Um dos importantes focos do Projeto São José III é a inclusão produtiva de comunidades tradicionais. E entre elas estão os quilombolas, grupos que ficaram durante anos morando em regiões difíceis de se chegar, devido a perseguições escravagistas, e que por isso acabaram isolados geograficamente, e mesmo no século 21 ainda têm di-

ficuldades de acesso às políticas públicas. Atualmente, são 74 territórios reconhecidos como quilombos em 32 municípios.

O processo de seleção dessas comunidades para serem beneficiadas pelo PSJ III se dá por meio das associações que fazem parte da Comissão Estadual dos Quilombos Rurais do Ceará. O Projeto São José tem como objetivo a melhoria de

vida das famílias, por meio de diversos tipos de projetos produtivos, para o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas, como artesanato, confecção de roupas, produção de bolos e comidas típicas. Uma das prioridades nesse trabalho é o resgate da cultura, o que favorece a autoestima, com a valorização de seus bens culturais.



A cajucultura está entre as cadeias produtivas que terão investimentos públicos do PSJ III

# O CAJU, PRODUTO NOBRE

Entre as propostas selecionadas para financiamento pelo Projeto São José III estão aquelas encaminhadas pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece), que tem 183 sindicatos filiados e é vinculada à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), instituição com 50 anos de tradição de lutas no país.

“Estamos em fase de adaptação de planos de negócios”, relata o presidente da Fetraece, Luiz Carlos. Ele diz que o objetivo é o fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar, como a produção de leite, mel e da cajucultura, onde já existe potencial significativo de produção. No Ceará, a safra do caju, que é parte do agronegócio, neste ano registrou alta de 45,16% no preço de mercado, chegando a R\$ 3,60 o quilo da castanha in natura.

A tendência de negócios com o caju gerou uma pauta, em março, para o Portal Brasil, a página do Governo Federal na internet. Segundo o portal, os preços da castanha, comparados aos de fevereiro do ano passado, remuneraram bem os produtores nordestinos – principalmente os grandes, do agronegócio – sobretudo no Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, que concentram mais de 80% da safra

nacional. Nos três estados, a castanha foi comercializada bem acima do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal, de R\$ 1,70 o quilo.

Mas o Ceará se destaca entre os três grandes estados produtores do fruto. A análise de conjuntura da castanha, realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) apresentou altas menores para o Rio Grande do Norte, com R\$ 3,51 o quilo e valorização de 36,58%, e R\$ 2,50 para o Piauí, que teve alta de 30,21%.

De acordo com a Conab, o aumento de preços in natura se deu sobretudo ao aumento da demanda interna e à redução da colheita nos últimos anos, devido ao clima seco. Porém, apesar dos preços melhores, o que é pago aos produtores ainda é baixo se comparado ao produto beneficiado, que ultrapassa R\$ 50 o quilo nas capitais do país. A safra calculada para este ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é de 228,7 toneladas, com aumento de 120% em relação ao ano passado. Cerca de 80% da produção é exportada, principalmente para Estados Unidos, Canadá e países baixos da Europa.

“Lembrando que nossa intenção é fortalecer a organização dos trabalhadores em cooperativas, incentivando o coo-

perativismo. Por isso, geralmente tem-se um pouco mais de dificuldade, porque a gente considera fundamental que esses trabalhadores não fiquem produzindo sem ter um nível de organização significativa da sua produção”, continua Luiz Carlos. “Não quer dizer que tenhamos que criar essas cooperativas. Elas já existem e trabalham. No entanto, precisamos que os trabalhadores estejam bem organizados para fazerem parte dela. Como é o caso da Coopacaju, que trabalha com a cadeia do caju e hoje exporta a castanha, além de colocar o produto no mercado local também.”

A Coopacaju beneficia as castanhas em minifábricas vinculadas a 10 cooperativas no Ceará. “O caju tem uma situação a mais, no caso do São José, porque sua produção é muito grande no estado. É um produto nobre, procurado por muitos países. Mas os agricultores familiares, em especial, ainda vendem a castanha sem nenhum tipo de processamento, para os atravessadores. E são eles que lucram. A nossa intenção é fortalecer a cadeia produtiva com as tecnologias adequadas e com a formação e orientação do Projeto São José”. Luiz Carlos comenta que a maioria dos cajueiros do estado precisa ser renovada. “Há tecnologia para plantar o cajueiro anão precoce”, cita ele.

# DECISÕES COLETIVAS garantem sucesso

Uma das formas mais importantes de tomar decisões, para que as ações do Projeto São José III e de outros projetos do governo para o meio rural tragam os resultados esperados, é a discussão das ideias no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR). Essa instituição tem 32 membros e, por reivindicação dos movimentos sociais, passou a ser paritária, ou seja, constituída 50% por representantes do governo e 50% por organizações não-governamentais.

“Esse é um espaço extremamente importante porque democratiza as visões, favorece a aproximação entre o governo e a sociedade”, afirma Marcos Antônio Viera de Castro, secretário-executivo do CEDR.

Ele explica que nesse Fórum de debates a sociedade passa a entender melhor as propostas de governo e ao mesmo tempo, tem melhor clareza sobre as necessidades das populações rurais.

Fazem parte do CEDR organizações que representam sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, MST, organizações de pescadores, quilombolas, indígenas e outras representações da sociedade civil, além de instituições vinculadas ao poder público. O Conselho é composto por 32 representantes. Suas reuniões ordinárias são bimensais, com frequência média de 20 membros, proporcionando discussões intensas em suas reuniões. “No Conselho há um espaço que possibilita aos participantes terem voz para que possam influenciar as decisões”, relata o secretário-executivo.

Segundo Marcos, um dos motivos para a participação popular no CEDR é a própria história dos movimentos sociais no Ceará. São muito aguerridos. As



Foto: Tullândia Araújo

Participantes de uma das reuniões da câmara técnica CEDR

organizações têm histórico de lutas e o conselho as abriga da forma democrática. “O conselho não era paritário e passou a ser a partir de demanda dos movimentos. Eles têm influência no conjunto das ações de governo, inclusive na concepção de seus planos de metas. Atuam com muita intensidade”, ressalta.

O secretário-executivo explica o porquê da preocupação do Governo do Ceará com o meio rural, com a necessidade de atuação articulada de todos os setores. “Saúde, educação, meio ambiente não podem estar separados. A partir das discussões do conselho, estamos tentando que, cada vez mais, as ações voltadas para o desenvolvimento sejam multissetoriais. O rural não é apenas agricultura, é tudo; requer tudo o que o urbano requer. O governo está incorporando em seu processo de planejamento a estratégia territorial, que caminha nessa direção”.

Um exemplo do que Marcos Castro fala é o Plano Plurianual (PPA) para o período 2016/2019, que foi elaborado por meio de diálogo entre instituições públicas e organizações da sociedade civil tendo como base 14 unidades de plane-

jamento que agregam municípios e guardam identidades territoriais de natureza social, cultural, ambiental, possibilitando a implementação de políticas públicas melhor direcionadas.

“Uma das preocupações principais do CEDR é contribuir com a redução das desigualdades”. Marcos ressalta que o Conselho favorece os representantes das várias instituições e entidades nele presentes para que dialoguem de modo que as políticas públicas se encaixem segundo os anseios locais. “Então qual a importância de um Conselho? É validar decisões a partir de discussões alinhadas aos interesses públicos”.

O espaço do conselho permite discussões sobre os projetos que estão sendo implementados como coisas permanentes. “A preocupação primordial é reduzir a desigualdade social”. Marcos ressalta que o conselho favorece no sentido de que os representantes das várias instituições e identidades dialoguem de modo que as políticas públicas se encaixem em um contexto comum à cultura local, aos anseios locais. “Então qual a importância de um conselho? É validar decisões tomadas, não de cima pra baixo, mas na conciliação”, explica.



No Nordeste, os períodos de estiagem fazem parte da natureza. Mas a escassez não pode significar prejuízos para as famílias. Por isso, o Governo do Ceará investe em novas tecnologias de convívio com o clima

# A seca é PAUTA PRIORITÁRIA

O Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDR) tem câmaras técnicas que são criadas quando se evidenciam necessidades de se debater e encaminhar determinadas questões prioritárias. Uma delas refere-se ao Plano Piloto Agropecuário Municipal de Preparação e Resposta à Seca. Esta Câmara é coordenada por Josias Farias Neto, que durante 17 anos foi coordenador do Projeto São José III.

As razões desta pauta justificar uma Câmara Técnica no CEDR são óbvias, especialmente neste momento em que o planeta todo debate questões climáticas e mais ainda quando se constata que quase 86% do território do Ceará são caracterizados como semiárido, ou seja, tem um clima de poucas chuvas e muita seca. Ape-

nas o litoral e alguns pontos isolados no interior do estado – como o Cariri, Serra do Baturité, Serra da Ibiapaba – têm o clima menos seco. Dentro deste contexto, constitui-se um diferencial nesta Estratégia uma abordagem de forma planejada e compartilhada, com representações dos



Josias Neto, coordenador da câmara técnica do CEDR

órgãos governamentais nos três níveis e movimentos sociais com foco na gestão de riscos e não de crises.

Nesse sentido, ao iniciar o Projeto São José III, em sua terceira fase, foi incorporado um subcomponente que trata de questões de riscos e desastres naturais. “Foi assim que surgiu a ideia de se construir um plano piloto municipal, com a finalidade de diminuir a vulnerabilidade dos agricultores(as) familiares à situação climática, tema da câmara técnica do CEDR”, relata Josias (ver matéria nas páginas seguintes).

A câmara técnica se derivou da experiência do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, que se reúne a cada dois meses e já tem 71 reuniões já realizadas.

# Plano piloto de PREPARAÇÃO PARA A SECA

O município de Piquet Carneiro completou um ano de execução do Plano Piloto Agropecuário Municipal de Preparação e Respostas às Secas. As iniciativas se tornaram exemplo para outras cidades e outros estados do Nordeste. Os resultados são tão significativos que serão implantados em mais seis municípios até o final do próximo ano (2017), incorporando-se uma Estratégia de Inserção Territorial em quatro Regiões Vulneráveis a Seca no estado (Sertão Central, Inhamuns, Cariri Oriental e Sertão de Sobral). Esta proposta de ampliação foi demandada e aprovada pelo Banco Mundial. A primeira começou em julho de 2016, em Quixeramobim.

Este Plano Piloto de Piquet Carneiro foi elaborado em 2014, de forma compartilhada entre especialistas contratados pelo Banco Mundial (Bird) e apoio da Unidade de Gerenciamento do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Es-

tado do Ceará – Projeto São José III, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) do Governo do Estado – e tem sido utilizado pelo Bird como referência para todos os municípios do Nordeste.

Piquet Carneiro localiza-se a 300 km de Fortaleza, com cerca de 16 mil habitantes e aproximadamente 80 associações comunitárias criadas em função da conquista de benefícios como obras de infraestrutura ou equipamentos produtivos. Tem economia preponderantemente de base primária vinculada ao setor agropecuário.

Entre os principais avanços neste primeiro ano do Plano Piloto, que se estenderá até 2018, com parceria do Banco Mundial e Governo Federal, está a gestão assumida por organizações locais, a fase de implantação da Estação Agrometeorológica, através do Projeto São José III, a construção de cinco sistemas pilotos de reúso de água instalados, a elaboração de

planos de negócio fortalecendo vocações locais nos setores de pecuária, apicultura e criação de uma central de comercialização, além da realização de quatro seminários de avaliação abrangendo todas as organizações públicas e sociais do município. Adicionalmente por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, a perfuração de 20 poços profundos nas áreas mais críticas de abastecimento de água (sede e distritos de Mulungú e Ibicuã). Também a negociação de recursos de R\$ 900 mil do Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP) para o Plano Piloto de Preservação do Açude São José II. De acordo com o Programa de Necessidades, o Projeto de Restauração e Requalificação da Estação Ferroviária do município será encaminhado com vistas a revitalização, para funcionar a Estação Cultural e Ambiental de Preparação para as Secas.

## POR QUE PIQUET CARNEIRO?

“Começamos a estudar as regiões do estado”, conta Josias Neto, coordenador da câmara técnica do CEDR. Segundo ele, os dois territórios mais vulneráveis são o Sertão dos Inhamuns e o Central. “Quando começamos a percorrer Inhamuns, município por município, com base no Índice Municipal de Alerta (IMA) e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) concebidos pelo Ipece/Seplag, verificamos a dimensão imensa dos municípios para uma primeira experiência

inédita. Chegamos então a Piquet Carneiro, no Sertão Central, onde verificamos que não se começaria um trabalho novo. Eles já tinham uma experiência de convivência com a seca, uma gestão compartilhada entre o poder público municipal e o conselho municipal de desenvolvimento sustentável, que se reuniam frequentemente, com uma coordenadoria de defesa civil que funciona. Aí começamos a verificar que esse critério era importante; um município que trabalha de forma compartilhada com a sociedade civil, tendo um público participativo e téc-

nico”, relata Josias.

Ele enfatiza a feliz coincidência – inclusive porque o prefeito era um profissional de carreira na Ematerce – das associações de moradores e agricultores familiares terem esta proximidade com os projetos desenvolvidos. Partiu-se então da elaboração da proposta técnica a ser encaminhada para análise do Banco Mundial, cujos especialistas passaram cerca de dois meses estudando a viabilidade antes de sinalizar positivamente para o financiamento.



*Em Quixeramobim, equipes analisam uma Lagoa de Estabilização como uma oportunidade de reúso de água, além dos benefícios para o meio ambiente “O povo aqui com grande expectativa. Com vontade de crescer e renovar”, assegura o secretário de Agricultura local, Antônio Célio de Oliveira. Ele observou que o planejamento inclui atividades de médio e longo prazo.*

## “O QUE AVANÇOU FOI A CONSCIÊNCIA”

O Plano de Preparação para a Seca de Piquet Carneiro faz parte do Projeto São José III e foi escrito a várias mãos. Antes de ser lançado, foi debatido durante mais de um ano entre representantes dos sindicatos, associações e todas as secretarias do município integradas, inclusive a Comissão Municipal de Defesa Civil. A iniciativa completou o primeiro ano de execução com resultados impactantes.

“O projeto avançou. Mas o que avançou mesmo foi a consciência do povo”, afirma o prefeito de Piquet Carneiro, Expedito José do Nascimento. A nossa felicidade como gestor é muito grande porque hoje temos consciência de que o nosso povo evoluiu. Evoluiu para a discussão, para as ações”. Ele cita dois resultados importantes: “Chegamos a produzir 70 toneladas de mel no ano, e estamos produzindo em torno de 12 mil litros de leite por dia. O leite já está sendo vendido para fora do município”. Esse é só o começo. No plano de negócios, as comunidades têm como meta a construção de uma agroindústria para a produção de derivados do leite.

Entre diversos sucessos, o prefeito destaca a comunidade de Ema dos Marinheiros, que despertou para a agropecuária. “Os agricultores aprenderam a dar sustentabilidade a seus projetos aproveitando a época farta, em que a forragem está verde. Nesse período bom, eles fazem o silo, fazem o feno; guardam a forragem pra época mais escassa do ano. Temos vários fenos secos que estão sendo consumidos agora”.

“No quinto ano de seca no Ceará, ao invés de diminuir, a produção do leite aumentou em Piquet Carneiro, porque melhorou a capacidade de produção com o conhecimento adquirido pelos agricultores. Eles inclusive passaram a investir mais adequadamente. Menor rebanho, com mais qualidade genética”, relata.

Expedito Nascimento cita também que foram perfurados no município 30 poços profundos. “Um trabalho realizado com o Governo do Ceará. Tínhamos outros projetos parados, e fomos buscar a SDA. Em conjunto tudo se resolve melhor. E se tem uma coisa que tem ajudado muito é a câmara técnica (do CEDR), em Fortaleza (ler matéria nas

páginas 16 e 17). A câmara tem levado muito a sério essa discussão e tem descido ao interior do estado”.

O prefeito conta que junto com a câmara técnica foram realizados quatro seminários na sede do município e nos distritos de Catolé da Pista, Ibicuã e Mulungu. As comunidades se reuniram com técnicos de Fortaleza, da Prefeitura de Piquet Carneiro e com a Comissão Municipal de Defesa Civil, organismo que também está a frente do projeto também foram analisadas as necessidades de cada região do município.

Outro sucesso apontado pelo prefeito é a decisão de construção de uma estação meteorológica. Serão seis torres metálicas distribuídas estrategicamente no município, um projeto de aproximadamente R\$ 1,2 milhão, em obra já licitada e publicada em julho. Esse projeto faz parte da gestão de riscos, da prevenção contra prejuízos na produção. As torres vão captar variáveis da atmosfera e do solo, fornecendo dados como umidade, que favorecerão a precisão nas previsões agrometeorológicas, não apenas para Piquet Carneiro mas para toda a região.



Foto: Deisyson Oliveira

Saneamento é estratégico e prioritário no Ceará. Especialistas de vários países estiveram em Fortaleza em maio. Entre os destaques esteve o Sisar, modelo revolucionário de abastecimento

# Autonomia na GESTÃO DA ÁGUA

Nas regiões mais secas do estado, os sertanejos dão lições de superação das dificuldades impostas pelo clima. Em cerca de 1.300 pequenas comunidades rurais, algumas com poucas dezenas de habitantes, os moradores formam um conjunto de organizações não-governamentais com cerca de 510 mil associados, que administram de forma autônoma a captação e distribuição da água tratada que chega nas casas.

Esse conjunto denomina-se Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar), que tem oito unidades no estado e que a partir de 2014 se tornou política pública ao ser assumido como pré-requisito essencial para os beneficiários da terceira fase do PDRS/Projeto São José III.

“O primeiro Sisar nasceu em Sobral, em 1996, e teve origem em um empréstimo feito ao Governo do Ceará pelo banco de cooperação alemão KfW, que investiu nas obras de captação e distri-

buição de água para o meio rural no município, mas com a condição de se criar um modelo de gestão que fizesse com que as obras não fossem abandonadas”, conta Helder Cortez, assessor da Presidência da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). Ele foi um dos responsáveis pela implantação de mais sete Sisars: em Fortaleza, Itapipoca, Crateús, Quixadá, Acopiara, Russas e Juazeiro, que abrangem 73% dos 184 municípios cearenses e 23% dos 2,1 milhões de habitantes do estado.

As instituições de governo são importantes para dar início à rede de abastecimento. “Mas a alma é a gestão”, enfatiza Helder Cortez. Entusiasta dos resultados obtidos pelo trabalho de duas décadas, ele ressalta que um dos aspectos que se destaca nesse modelo é o valor da conta de água. Por um valor médio em torno de R\$ 18,00 mensais, uma família pode consumir 10 mil metros cúbicos de

água. É o suficiente para beber, usar na cozinha e banheiro. O valor vem fracionado na conta e é rateado para os custos de operação do SISAR, gratificação do operador do sistema, energia elétrica e taxa de administração. As oito ONGs que formam o Sisar têm como atribuições a prestação de assistência técnica, o controle de qualidade da água, o cálculo de tarifas, a emissão de contas (que se adapta ao código de barras e demais exigências dos bancos) e o repasse de informações para a Cagece.

A estrutura conta com um conselho de administração com 11 membros (seis das associações e cinco de órgãos governamentais) e um conselho fiscal com seis membros (todos representantes das comunidades), além de considerar a voz dos moradores nas assembleias gerais. Eles ainda fazem intercâmbio com países que têm sistemas semelhantes e autônomos de saneamento rural.

# O APOIO DA CAGECE

São os próprios moradores que operam o sistema de abastecimento de água (SAA), mas, devido à sua especialidade, a Cagece sensibiliza e capacita as comunidades, além de orientá-las sobre a manutenção nos sistemas de tratamento e distribuição de água. Para melhorar essa eficiência, em 1999, a companhia criou a Gerência de Saneamento Rural (Gesar), que passou a oferecer padrão técnico e direcionou as obras dos sete outros Sisar, que foram criados depois no estado, denominados de acordo com a bacia hidrográfica onde estão situados.

“Os Sisar’s estão em busca de sua autossustentabilidade e já são muito copiados. Temos pessoas do mundo todo que têm vindo aqui ver o modelo, da Índia, México, Costa Rica, El Salvador. Temos visitantes de outros estados do Nordeste como Piauí, Bahia, Alagoas e também fora do Nordeste, como Tocantins”, cita o coordenador do Gesar, Sérgio Ponte.

Segundo ele, o que todos querem ver é o modelo de gestão compartilhada entre as associações de moradores. “A tecnologia é a gestão. As associações são responsáveis pela operação do sistema local, eles indicam o operador e além de operar o sistema eles vão de manhã pra lá, pra sua roça, seu trabalho, e depois retornam ao final da tarde para ver se está tudo ok. Olham a parte de tratamento e fazem a leitura de macromedidores. Uma vez por mês, também, dos micromedidores, porque todos os sistemas que o Sisar administra são medidos. Todos têm fatura mensal e nessa fatura vai ter o consumo, a energia elétrica que foi rateada em função do consumo de cada um, ou seja, quem consome mais água paga também um valor maior de energia. Tem lá um valor específico de uma gratificação para o operador, já que ele é um voluntário também, ligado à associação. E tem também um valor pequeno, geralmente R\$ 1,00, que vai para a associação, para fortalecer o associativismo também. Cada Sisar tem uma assembleia geral, com todos os presidentes das associações das localidades daquela região”.

A gerente de Saneamento Rural, Otaciana Ribeiro, fala da relação do Sisar com o PSJ III. “Também acompanhamos



Foto: Valdir Araújo

*Profissionais formam equipe especializada na Cagece, nas questões referentes às áreas rurais*

a parte de obras do São José, do programa do governo federal Água para Todos e de iniciativas do KfW. A Gerência de Saneamento Rural tem 50 técnicos e é dividida em duas coordenações, uma de gestão, que inclui o Sisar, e outra de obras. Nosso maior fluxo é o Projeto São José. A maior parte das obras que a gente fiscaliza. E foi justamente o São José que mais alavancou o Sisar”.

## Seminário mostra “vitrine para o Brasil”

Em maio, foram realizadas em Fortaleza a oitava edição do Seminário Nacional de Saneamento Rural e o III Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural, que ocorreram junto com o VII Seminário de Gestão dos Sisar. Os eventos foram realizados pela Câmara Técnica de Saneamento Rural da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, em parceria com a sua seção Ceará (Abes-CE). Vários estados e países estiveram na capital para debater experiência, com a temática “Gestão como Tecnologia Social”.

“Estiveram conosco profissionais de países como Honduras, Nicarágua, Peru, Bolívia, Colômbia, e a motivação do seminário foi justamente atualizar as pessoas que trabalham na área sobre o que está acontecendo em cada um dos países no momento. Então, foram tratados assuntos como tarifa de energia elétrica para o saneamento rural, como os prefeitos

estão vendo o trabalho do Sisar nos seus municípios, e uma outra temática foi de tecnologias apropriadas para o saneamento rural, de reúso, que hoje está sendo trabalhado com o Projeto São José”, relata Sérgio Ponte.

A Cagece apresentou aos estados e países presentes o modelo que o Ceará está executando, pelo PSJIII, para o reaproveitamento das chamadas águas cinzas, que são do chuveiro e pias do banheiro e cozinha, para o reúso na irrigação de hortas.

Um dos momentos marcantes do encontro foi o depoimento de Mário Fracalossi, da Cagece, que foi o precursor do Sisar. Ele trabalhou no primeiro a ser instalado em Sobral, em 1996, e relatou todas as dificuldades que os profissionais enfrentaram para chegar ao desenvolvimento das tecnologias aplicadas hoje.

A secretária-executiva da Câmara Técnica de Saneamento Rural da Abes, Tereza Bernardes, acentuou durante o encontro que o Sisar do Ceará “sempre foi participativo nos seminários da Câmara”. Ela disse que assim os profissionais da área puderam “visualizar uma experiência muito rica em saneamento rural porque, com mais de 20 anos, consegue mobilizar e integrar grande número de associações comunitárias em torno de seu modelo de gestão, no qual as condições técnicas, sociais e administrativas têm metas e indicadores fortes”. Ela disse ainda que o Sisar é hoje vitrine do saneamento rural no Brasil.



Foto: Valcir Araújo

*O estado tem diversidades geográficas e sociais. Com base nessa multiplicidade, o Governo do Ceará planeja suas ações, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentado em sete eixos temáticos*

# As políticas públicas para **DESENVOLVIMENTO DO ESTADO**

O semiárido é um espaço social complexo, com elementos indissociáveis: espaço de produção, de organização social, cultural e de relação com a natureza. Com o olhar sobre esse cenário, o Governo do Ceará elegeu como questão central a agenda transversal de Convivência com a Seca – por considerar que somente com a vontade política voltada para atender os diversos setores socioeconômicos, com criatividade, tecnologia e recursos tanto financeiros como humanos, que sirvam a todos os cidadãos e cidadãs cearenses, é que se pode conquistar melhor nível de renda e qualidade de vida para a população.

É essencial ir além da observação desses elementos e promover a reflexão sobre os fundamentos da política de desenvolvimento do Ceará, o que contribui para que a região se torne um es-

tado de Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida.

Nas décadas passadas, o modelo de desenvolvimento econômico adotado apoiou-se principalmente na industrialização, urbanização em um padrão caracterizado por processos migratórios que definiram o território do Ceará em áreas de atração e de expulsão da comunidade. Esse modelo provocou a criação de subespaços privilegiados de crescimento econômico, que atraíram contingentes de mão de obra em que se destaca a região metropolitana de Fortaleza.

Foi com a observação nessa realidade que o governo orientou suas políticas públicas com base não em municípios isolados, mas no que se chama de territórios, criados como unidades de gestão – ideia que segue a política federal de Desen-

volvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assumida pelo Estado com a assinatura do Pacto pela Territorialização do Ceará.

Assim, território é um espaço físico geograficamente definido, caracterizado por critérios como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições. Ou seja, são espaços onde as pessoas se reconhecem por se identificarem com diversas coisas em comum, por se sentirem pertencentes ao lugar por aspectos que as unem como “iguais”, devido a questões que não se limitam a definições das divisas oficiais dos municípios. São fatores como identidade e coesão social, cultural e territorial. As decisões do governo também são pautadas igualmente na realidade do semiárido e do bioma caatinga. Além de ter como fundamento

os desafios da economia estadual, a relação entre Estado, governo e sociedade civil, a cultura e a ciência, inovação e tecnologia para o desenvolvimento.

A preocupação com a conservação da diversidade genética da caatinga permite adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais desse bioma, tão importante para o solo, a água, a fauna e o valor extrativista desse ecossistema, essencial para a vida.

O grande desafio no que se refere à economia é a continuidade do crescimento, diversificando a capacidade produtiva do estado para garantir desde o atendimento às demandas sociais prementes, como educação, saúde e habitação dignas, às infraestruturas e demais condições que propiciem os investimentos estratégicos.

Observe-se que os progressos em recursos hídricos e energia em execução nos últimos anos, como o projeto de Integração do São Francisco, conjugado com o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) proporcionarão segurança hídrica tanto para o consumo humano quanto para o setor produtivo. As usinas termelétricas e a implantação de energia eólica deixarão o estado autossuficiente nesse sentido.

Por sua vez, os investimentos já realizados e a se realizarem em transportes e logística, as redes rodoviária, ferroviária e aeroportuária (inclusive com aeroportos regionais) são estruturantes para o desenvolvimento do Ceará. A proximidade com os grandes mercados da Europa e Estados Unidos e as vantagens que serão advindas com o alargamento do Canal do Panamá para o comércio com o mundo asiático propiciam à economia cearense uma plataforma logística de desenvolvimento que permitirá que o estado avance nos próximos anos.

A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará requereu seu desdobramento em sete perspectivas, os sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial. Vejamos quais:

## Gestão democrática por resultados

Tem como política principal a garantia do crescimento constante, o equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, além da redução persistente das desigualdades com base no consenso cons-



Foto: Valcir Araújo

*O manguezal, rico ecossistema costeiro de exótica beleza, é uma das atrações que trazem turistas de todo o mundo para o Ceará. Lazer e qualidade de vida para os moradores locais*

truído pela sociedade. Cabe aqui destacar o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação.

## Ceará Acolhedor

Gestão que se faz também em parceria com governos municipais e a esfera federal, fortalecendo estruturas de participação. Abrange as Políticas Públicas da Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.

## Ceará de Oportunidades

Promover o crescimento econômico, com desenvolvimento territorial, gerando emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza. Trata-se de reduzir a defasagem que se encontra no fato de o Ceará ter 4,5% da população brasileira, enquanto sua economia representa apenas 2,21% do total do PIB do país. Desdobra-se nos temas: Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Empreendedorismo, Trabalho e Renda, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana.

## Ceará Sustentável

O Ceará tem 86,8% de sua área inserida na região do semiárido brasileiro. Esse perfil sugere risco mais significativo de seca (maior do que 60%), reque-rendo medidas para aprimorar a convivência com o ambiente e minimizar os impactos ambientais, sociais e produtivos. Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o semiárido devem ser qualificadas e universalizadas.

## Ceará do conhecimento

Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o conhecimento, a cultura e a educação para todas as classes e camadas sociais. As ações que envolvem a construção do conhecimento possuem um amplo espectro que vai do ensino básico à pesquisa científica e à inovação, passando pela cultura, a economia da cultura, pela educação profissional e qualificação dos trabalhadores.

## Ceará Saudável

A construção de um Ceará saudável terá, enquanto pressupostos da cidadania, a garantia de direitos, a promoção da saúde, o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida. Destacam-se nesse contexto três temas estratégicos: saúde, esporte, lazer e saneamento básico.

## Ceará Pacífico

Esse eixo se define a partir da concepção de uma sociedade justa, pacífica, com convivência e segurança cidadã, ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual a política de segurança cidadã adota estratégias focadas no controle dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção, sem se dissociar de ações repressivas para o cumprimento de normas sociais. Destaca-se entre as ações governamentais a prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social.

# HÁ CINQUENTA ANOS

## no Brasil

O Projeto São José III é financiado pelo Banco Mundial, com a garantia da cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), organismo internacional presente no Brasil há meio século, com apoio em todas as regiões, especialmente no combate à pobreza no Nordeste.

A sua atuação é marcada por uma visão moderna que se encaixa perfeitamente no desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar preconizado pelo Governo do Ceará. Os objetivos das ações apoiadas pelo IICA vão desde aquelas relacionadas aos efeitos das mudanças climáticas até a urgência em alimentar a crescente população mundial e criar oportunidades e empregos para os homens e mulheres do campo.

“O Projeto São José III é um dos principais projetos do IICA no Brasil”, relata o coordenador de Territórios e Bem Estar Rural do IICA, Carlos Miranda. Ele é um grande conhecedor de todo o histórico da agricultura familiar não apenas no Brasil, mas em grande parte dos países da América Latina. Recentemente, ele visitou comunidades quilombolas do interior da região do Cariri, onde o Instituto apoia iniciativas do PSJ III e do Projeto Paulo Freire, que também faz parte das iniciativas da Se-

cretaria de Desenvolvimento Agrário.

Carlos Miranda diz que essas ações são consolidadas no Ceará. “Esses projetos vem mudando ao longo desse tempo. Se comparar os projetos iniciais com os executados hoje, a concepção mudou muito. A nova concepção o sistema de produção, valoriza muito o meio ambiente, valoriza os mercados. O coordenador salienta que os projetos atualmente são produzidos de modo a “trazer empoderamento para as comunidades”.

Além dos projetos vinculados à SDA,

o IICA apoia 20 comunidades na região do Cariri Oeste, analisando os impactos de sete programas do governo federal no dia a dia da população: Luz para Todos, Bolsa Família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Água para Todos, que também foram objeto de estudo nacional realizado pelo Instituto.

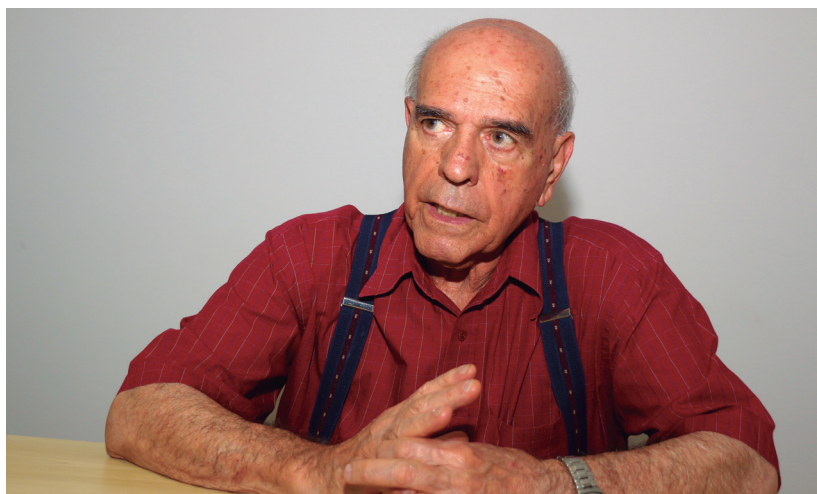
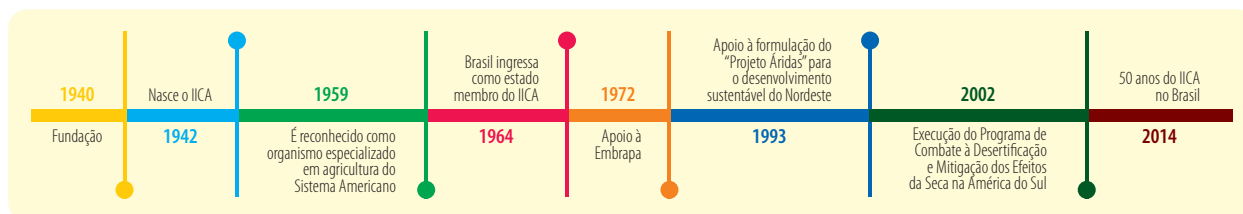


Foto: Valcir Araújo

Carlos Miranda Coordenador de Territórios e Bem Estar Rural do IICA,



# O MUNDO SERÁ?

*\* Autoria: Inês Mapurunga*

*(Letra da canção feita para o Bloco de Samba Unidos da Parquelândia – Carnaval de Fortaleza – 2012)*

O MUNDO FOI FEITO EM SETE DIAS  
E O HOMEM QUER ACABAR EM UM SÓ DIA

SERÁ, QUE A PASSARADA AINDA VAI VOAR  
SERÁ, QUE A ÁGUA A SEDE VAI MATAR

E OS RIOS, SERÃO FEITOS DE LÁGRIMAS  
A FOME SERÁ A GRANDE GUERRA

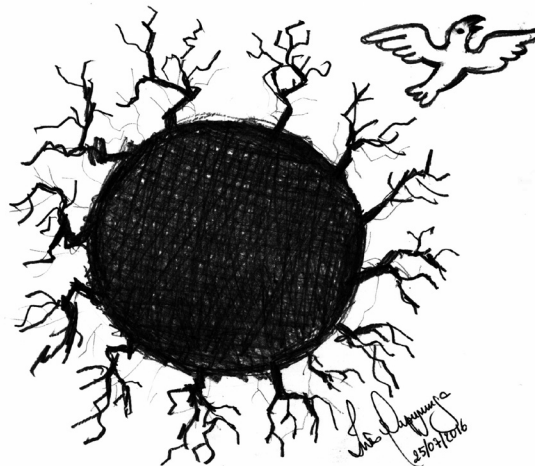
MAS, SE ISSO ACONTECER  
SERÁ O FIM, DA VIDA EM TODA TERRA

PORTANTO, PENSEMOS NO AMANHÃ  
PLANTANDO ORVALHOS DE AMOR  
CUIDANDO DA TERRA COMO FILHO  
PRA COLHER O ALIMENTO DA PAZ

O VERDE SERÁ A BANDEIRA  
DESSE PAIS CHAMADO TERRA  
QUANDO EM CADA AMANHECER,  
SEMPRE SERÁ UMA NOVA FESTA

Ah! Lá vai a última jandaia...  
Ela parte no canto silencioso  
em busca de alguma carnaúba  
perdida no infinito  
onde possa cantar toda a saudade  
da caatinga destruída.

*\* Inês Mapurunga*



*\* A autora de textos e desenhos é Inês Mapurunga, geógrafa e técnica do PSJ III. É artista. Compõe e canta a diversidade de ritmos da cultura nordestina, especialmente os maracatus de Fortaleza*

# A terra é nossa

*Patativa do Assaré*

*A terra é um bem comum  
Que pertence a cada um  
Com o seu poder além,  
Deus fez a grande natura  
Mas não passou escritura  
Da terra para ninguém*

*Se a terra foi Deus quem fez  
Se é obra da criação  
Deve cada camponês  
Ter uma faixa de chão.*

*Sei que o latifundiário  
Egoista e usuário  
Da terra toda se apossa,  
Causando crises fatais  
Porém nas leis naturais  
Sabemos que a terra é nossa.*

*Quando um agricultor solta  
O seu grito de revolta  
Tem razão de reclamar,  
Não há maior padecer  
Do que um camponês viver  
Sem terra pra trabalhar.*